

Filosofia dos valores: uma compreensão histórico-epistemológica da ciência axiológica

7

Philosophy of values : a historical-epistemological understanding of axiological science

Lucken Bueno Lucas*
Marinez Meneghello Passos**

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese histórico-epistemológica da axiologia ou filosofia dos valores, a partir de estudos desenvolvidos nas últimas décadas. São abordados assuntos como a ontologia dos valores, por meio de uma explicação fenomenológica, as controvérsias e particularidades das correntes objetivista e subjetivista da tradição axiológica, as características dos valores (hierarquização, classificação, polaridade, distinção entre fato e valor, valores e objetos ideais) e problemas recentes da ciência axiológica. Com base nas teorizações estudadas e ao longo da exposição das ideias, propõe-se uma análise crítico-reflexiva da temática apresentada, reunindo subsídios para uma compreensão do assunto.

Palavras-chave: Axiologia. Filosofia dos valores. Síntese histórico-epistemológica. Análise crítico-reflexiva.

Abstract: This article aimed to present a historical-epistemological synthesis on axiology, or the philosophy of values, from studies conducted in recent decades. We address, through a phenomenological explanation, issues such as the ontology of values, the controversies and particularities of the currents of objectivist and subjectivist axiological tradition, the characteristics of values (hierarchy, classification, polarity, distinction between fact and value, and ideal

* Doutor em Ensino de Ciências e Educação Matemática pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (Pecem-Uel). Professor na Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp), Campus de Cornélio Procopio. *E-mail:* luckenlucas@uenp.edu.br

** Doutora em Educação para a Ciência. Professora no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Educação Matemática da Universidade Estadual de Londrina (Pecem/Uel). *E-mail:* marinezmp@sercomtel.com.br

values and objects) and recent issues in the science of axiology. Based on the theories studied and through the exposure of ideas, we propose a critical reflexive analysis of the presented theme by bringing together information for a fuller understanding of the subject.

Keywords: Axiology. Philosophy of values. Historical-epistemological synthesis. Critical reflexive analysis.

Introdução

A axiologia, ou ciência dos valores – também denominada por alguns autores como teoria dos valores, ou filosofia dos valores – compreende uma área da filosofia que se consolidou academicamente a partir da segunda metade do século XIX, embora seu escopo de investigação remonte ao período da Antiguidade clássica.

No entanto, buscar estudos que nos ajudem a compreender melhor o que são os valores *per se* não compreende uma tarefa simples. Tal atividade demanda uma ampla pesquisa de autores e a análise de reflexões muitas vezes influenciadas por correntes filosóficas divergentes.

Assim, neste artigo, por meio de uma revisão bibliográfica de trabalhos publicados acerca dessa temática, empreendemos uma análise crítico-reflexiva dos estudos de alguns axiólogos, reunindo subsídios para uma compreensão do assunto e contribuindo para sua disseminação e compreensão.

Na primeira parte deste artigo, apresentamos uma síntese histórico-epistemológica da axiologia, com a teorização de alguns estudos axiológicos desenvolvidos nas últimas décadas. Na segunda parte, são abordados assuntos como a ontologia dos valores (explicação fenomenológica), as controvérsias e particularidades das correntes objetivista e subjetivista da tradição axiológica e as características dos valores (hierarquização, classificação, polaridade, distinção entre fato e valor, os valores e os objetos ideais). Por fim, na terceira parte, discutiremos acerca de problemas recentes da ciência axiológica, seguidos das considerações finais do trabalho.

Uma síntese histórico-epistemológica da axiologia

A palavra *axiologia* foi utilizada pela primeira vez pelo teórico francês Paul Lapie, na obra *Logique de la Volonté* (LAPIE, 1902, p. 385), seguida das obras de E. von Hartmann, *Grundriss der Axiologie* (HARTMANN, 1908) e W. M. Urban, *Valuation: its nature and laws* (URBAN, 1909). O termo teve grande aceitação, ao contrário da palavra *timologia* proposta para a mesma ciência por J. C. Kreibig em 1902, na obra *Psychologische Grundlegungeines Systems der Werttheorie*. (ABBAGNANO, 2007, p. 101).

Em uma perspectiva ocidental, o primeiro pensador de relevante menção nos estudos históricos da axiologia foi Sócrates (Atenas, 469 a.C. – 399 a.C.). No campo da filosofia dos valores, ele se mostrou crítico de doutrinas sofistas¹ como o *relativismo*, que questionou a validade universal dos valores morais em função de influências históricas, políticas e culturais, e o *subjetivismo*, doutrina idealista segundo a qual a realidade do mundo objetivo é subsumida à percepção subjetiva do ser humano. Sócrates, ao contrário dessas correntes, defendeu a objetividade e a absoluteidade dos valores éticos.

Do mesmo modo, de acordo com Hessen (1980, p. 25), Platão (Atenas, 428/427 a.C. – 348/347 a.C.), ao constituir sua *teoria das ideias*, acabou por configurar uma sistematizada teoria de valores, haja vista que suas ideias foram, em essência, ideias de valores, as quais podem ser atestadas na literatura filosófica a partir da maximização da ideia de bem, do valor estético e do valor ético.

No pensamento aristotélico, também são evidenciadas noções de valor. Diferentemente de Platão, com o cosmos das ideias, Aristóteles (Estagira, 384 a.C. – Atenas, 322 a.C.) ancorou a ideia de *bem* nas coisas e na realidade empírica. Com as formas essenciais assumindo o princípio de perfeição das coisas, a ideia de *valioso* passou, com Aristóteles, do escopo das ideias para um caráter fortemente cósmico. (HESSEN, 1980).

¹ De acordo com o *Dicionário eletrônico Houaiss* (2009), *sofistas* na antiga Grécia (séc. V a.C. e IV a.C.), eram os mestres da retórica que tomavam a si a tarefa de ensinar conhecimentos gerais, gramática e a arte da eloquência para os cidadãos gregos postulantes à participação ativa na vida política, tendo frequentemente acrescentado questionamentos polêmicos aos debates filosóficos da época.

Ainda segundo Hessen, das diferentes noções platônicas e aristotélicas depreenderam-se, posteriormente, disputas sobre a ideia de *bom*, no âmbito da escolástica:²

Fundamentando-se em Platão, e posteriormente em Aristóteles, travavam-se, mais tarde, as conhecidas disputas da Escolástica sobre o “bonum”, vindo a particular posição teológica deste movimento a dar a estas disputas um lugar da mais alta importância. Na Escolástica aristotélica, todas essas discussões vêm achar-se, subordinadas ao postulado, tido como um axioma evidente, do *omne ens est bonum*, aparecendo pois também aqui o valor, antes de mais nada, primariamente como uma grandeza cósmica. (1980, p. 25, grifo do autor).

Em termos historiográficos, porém, Reale (1991, p. 131) argumenta que o fenômeno axiológico não foi detectado nos registros da Antiguidade clássica. As primeiras noções foram captadas da civilização grega, que utilizou o substantivo *axia* (raiz do termo *axiologia*) para evidenciar o preço ou o valor das coisas e, algum tempo depois, o adjetivo *axios* para demonstrar estima e qualidades como a valentia dos heróis e as virtudes dos artistas.

No plano filosófico, embora com algumas acepções particulares, Platão e Aristóteles utilizavam a palavra *ágathon* para fazer menção ao *bem*, o maior dos valores. Também os romanos, a exemplo dos gregos e na ausência de um substantivo para significar o que entendemos atualmente por valor, empregavam o termo *bonum* para se reportar à justiça, um bem considerado supremo.

Ao longo do tempo, o emprego do adjetivo *axios* tornou-se mais frequente que o substantivo *axia*, prevalecendo linguisticamente. Por esse motivo, Reale (1991, p. 132) explica que, a partir da tradução para o latim de muitos vocábulos gregos, configurou-se a palavra *aestimabile*, um termo de grande relevância para a noção de valor no vernáculo português. Assim, expressões como *mundo de valores* e *mundo das estimativas* assumem sentidos semânticos bastante próximos.

² Houaiss (2009) – pensamento cristão da Idade Média, baseado na tentativa de conciliação entre um ideal de racionalidade, corporificado especialmente na tradição grega do *platonismo* e *aristotelismo*, e a experiência de contato direto com a verdade revelada, tal como a concebe a fé cristã; escolasticismo.

Algum tempo depois, os romanos assentiram à herança semântica dos gregos, que haviam modificado o *status* de *ágathon* (bem) do plano ontológico, para o plano ético, por influências platônicas e aristotélicas, cujas maneiras naturalísticas de entender o mundo eram predominantes. Assim, para Reale a noção de valor na Antiguidade clássica

era ainda imprecisa ou reduzida a acepção dos termos *áxia* ou *aestimabile*, o que confirma minha afirmação sobre a inexistência então de uma Axiologia *qua talis*, de sorte que, na linha do pensamento clássico, não haveria que falar em invariantes axiológicas, mas sim em invariantes ontológicas. (1991, p. 132, grifo do autor).

O mesmo autor esclarece que a palavra *bonum* permanece nos textos filosóficos clássicos da Idade Média, escritos em Latim. Ao que se sabe atualmente, o termo *valor* apareceu pela primeira vez, nos textos de Dante Alighieri (1265-1321), discípulo de São Tomás, que definiu Deus, o supremo bem, como o *eterno valor*, como visto em Alighieri (1975): “guardando nel suo Figlio con l’amore che l’uno e l’altro eternamente spira Lo primo ed ineffabile Valore”. (Par. X, 1).

Nesse período, os discursos axiológicos ancoravam-se na ideia de *ser* e de suas propriedades transcendentais, não havendo correlações ontológicas. Deus era o *valor* supremo (ideia de *ser*). Esse quadro perdurou até o período humanista, no final da baixa Idade Média e início da Idade Moderna (XIV a XVI). O humanismo foi um movimento europeu que colocou o homem no centro de todas as coisas do universo, reconhecendo a noção antropocêntrica de *ser* como um “*consecutivum* do ‘pensar’, de maneira que é na razão enquanto tal que se ancoram as razões [...] de nosso conhecer e de nosso agir”. (REALE, 1991, p. 135, grifos do autor).

Foi Kant (1724-1804) quem ofereceu uma nova e importante perspectiva à questão do valor, com sua distinção básica entre *ser* e *dever-ser*. Kant não chegou a elaborar uma axiologia, mas desenvolveu uma ‘teoria dos deveres’, uma deontologia.³ De modo oposto a Aristóteles, Kant deslocou a ideia de valor, de cosmos, para o domínio da consciência

³ De acordo com o dicionário de filosofia, de Abbagnano (2007, p. 240), o termo *deontologia* foi criado por Jeremy Bentham (*D. ou Ciência da Moralidade*, publicação póstuma de 1834): “para designar uma ciência do ‘conveniente’, ou seja, uma moral fundada na tendência a perseguir o prazer e fugir da dor e que, portanto, não lance mão de apelos à consciência, ao dever etc. ‘A tarefa do deontólogo’, diz Bentham, ‘é ensinar ao homem como dirigir suas emoções de tal modo que

pessoal. Nesse período, nas palavras de Hessen (1980, p. 26): “A consciência moral torna-se verdadeira pátria dos valores éticos.” É essa a noção extraída de um trecho do próprio Kant: “Neste mundo, e até fora dele, nada é possível pensar que possa ser considerado como bom sem limitação a não ser uma só coisa: uma boa vontade.” (KANT, 1980, p. 109).

Vale ressaltar que, para Kant, o valor ético suplantava o aspecto subjetivo, chegando à perspectiva metafísica. Sua metafísica moral apoiava-se na noção de que a realidade está circunscrita por valores da consciência moral do homem.

Mais recentemente, assim como Reale (1991), Frondizi (1977) esclarece que foram os economistas, em particular Adam Smith (1723-1790), os primeiros a se dedicarem verticalmente à temática dos valores, ainda que de modo restrito ao domínio da economia política.

Na filosofia, foi o alemão H. Lotze (1817-1881) o pioneiro nos estudos axiológicos, concebendo a ideia de valor como algo livre da realidade e que encerrou a antiga dualidade filosófica entre as noções de *ser* e *valor*. Segundo Lotze, assim como se poderia compreender o *ser* por meio da inteligência, seria possível compreender o *valor* a partir do domínio espiritual.

Já na configuração da moderna filosofia dos valores, uma contribuição relevante advém da obra *Vom Ursprung sittlicher Erkenntnis* (1889), de Franz Brentano (1838-1917). (BRENTANO, 2002). Tal autor reconhece a natureza do valor como um *phaenomenon sui generis*.⁴ Para ele, das três classes fundamentais de fenômenos psíquicos – representações, juízos e sentimentos – apenas os últimos interessam para o problema dos valores. Seria nos atos de amar e odiar, do gostar e do não gostar que os valores se tornariam perceptíveis:

Sustentamos que se deve distinguir três classes principais de atividades psíquicas, atendendo às diversas maneiras de referência a seu conteúdo. Porém, estes três gêneros não são os mesmos que se estabelecem comumente e, dada a falta de expressões mais adequadas, designamos

as subordine na medida do possível, a seu próprio bem estar' [...]. Muito diferente desse uso é o proposto por Rosmini, que entendeu por 'deontológicas' as ciências normativas, ou seja, as que indagam 'como deve ser o ente para ser perfeito' [...]. O ápice das ciências deontológicas seria a ética (doutrina da justiça).”

⁴ *Phaenomenon sui generis* – fenômeno de gênero próprio, singular (tradução nossa).

a primeira classe com o nome de *representações*, a segunda com o nome de *juízo* e a terceira com o nome de *emoção, interesse ou amor*. (BRENTANO, 1995, p. 61, grifo do autor).

Em outra obra, encontramos asserções acerca da noção de *bom* em Brentano:

Dizemos que algo é verdadeiro quando o modo de referência que consiste em admiti-lo é o justo. Dizemos que algo é bom quando o modo de referência que consiste em amá-lo é o justo. Aquilo que é amável com amor justo, ou digno de ser amado, é o bom no mais amplo sentido da palavra. (BRENTANO, 2002, p. 25).

Para Hessen (1980, p. 29-32), foi Brentano quem comunicou à atualidade as mais originais sugestões da filosofia dos valores. De suas reflexões depreenderam-se seis correntes teóricas principais (Quadro 1):

Quadro 1 – Correntes teóricas da axiologia de Brentano

Corrente psicológica	Fundada pelo discípulo de Brentano A. Meinong e por Chr. Ehrenfels, ambos austríacos. Defende a existência de valores objetivos e absolutos que nos são dados mediante uma verdadeira revelação emocional.
Corrente neokantiana	Fundada por W. Windelband, filósofo influenciado pelo pensamento de Lotze, esboçou uma teoria dos valores derivada do pensamento kantiano e também inspirada em Lotze. Posteriormente, seu discípulo H. Rickert desenvolveu estudos sobre o que denominou <i>logicismo axiológico consumado</i> , para o qual valor assumiria uma <i>validade</i> lógica.
Corrente neofichtean	Fundamentada no pensamento de Fichte (o mundo é ação, ato), foi desenvolvida por autores como J. Cohn, H. Münsterberg e W. Stern.
Corrente fenomenológica	Introduzida por Max Scheler, compreendeu uma tentativa de aplicar o método fenomenológico de Ed. Husserl ao escopo axiológico. Os resultados dessa tentativa assemelharam-se aos obtidos por Brentano, ou seja, em oposição ao psicologismo e ao logicismo, os valores se deixam determinar como qualidades objetivas das coisas, podendo ser compreendidos mediante atos intencionais. Na mesma corrente, N. Hartmann transformou o objetivismo dos valores firmado por M. Scheler em um ontologismo, no qual os valores são considerados entes em si mesmos, enfraquecendo a ideia de relativismo axiológico.
Corrente derivada da ciência-fundamental de Rehmke	As teorizações dessa corrente foram formuladas no campo da lógica (como na fenomenologia de Husserl) pelo discípulo de Rehmke, E. Heyde, gerando contribuições significativas para a compreensão do termo <i>valor</i> .
Corrente neoescolástica	Renovou as noções escolásticas do conceito de valor, sobretudo as tomistas. ⁵

Fonte: Hessen (1980); adaptado pelos autores.

⁵ Tomismo – fundamentos da filosofia de São Tomás, conservados e defendidos pelas correntes

Para além dessas correntes, no século XX o termo *valor* começou a ser distinguido das noções de *bem* e de *ser* para assumir um sentido derivado de atividades puramente humanas, resultando na configuração de uma reconhecida *teoria de valores*. Reale (1991) explica que

a plena revelação do Valor em seu status epistemológico próprio (o que marca a passagem do verbo valer para o substantivo Valor) é o resultado de uma longa experiência mundanal, à medida que o homem veio adquirindo ciência e consciência do Valor em distintas esferas de sua faina histórica, no plano militar, no plano artístico e no plano econômico (REALE, 1991, p. 136).

Como visto acima, há uma condição polissêmica na acepção de *valor* desde o início de seu uso. Da extensa definição encontrada no dicionário de Abbagnano (2007), pensamos ser pertinentes para este ponto de nosso texto os parágrafos finais, que fazem uma síntese dos principais estudos contemporâneos sobre os valores:

1º. O valor não é somente a preferência ou o objeto da preferência, mas é o preferível, o desejável, o objeto de uma antecipação ou de uma expectativa normativa [...].

2º. Por outro lado, não é um mero ideal que possa ser total ou parcialmente posto de lado pelas preferências ou escolhas efetivas, mas é guia ou norma (nem sempre seguida) das escolhas e, em todo caso, seu critério de juízo [...].

3º. Consequentemente, a melhor definição de valor é a que o considera como *possibilidade de escolha*, isto é, como uma disciplina inteligente das escolhas, que pode conduzir a eliminar algumas delas ou a declará-las irracionais ou nocivas, e pode conduzir (e conduz) a privilegiar outras, ditando a sua repetição sempre que determinadas condições se verificarem. Em outros termos, uma teoria do valor, como crítica dos valores, tende a determinar as *autênticas* possibilidades de escolha, ou seja, as escolhas que, podendo aparecer como possíveis sempre nas mesmas circunstâncias, constituem pretensão do valor à universalidade e à permanência. (ABBAGNANO, 2007, p. 993).

medievais e modernas que nele se inspiram. Podem ser resumidos em: a relação entre razão e fé, a analogicidade do ser, o caráter abstrativo do conhecimento, a compreensão de que a individuação depende da matéria assinalada e, por fim, a clássica explicação dos dois dogmas cristãos da Trindade e da Encarnação. (ABBAGNANO, 2007, p. 963).

Nesta revisão, adotamos a conceituação proposta por Frondizi (1977, p. 16). Para ele os valores não são considerados elementos que existem em si, mas elementos qualificadores que necessitam de um ente depositário, como, por exemplo, o valor *beleza* que é creditado a um vestido e o valor *utilidade* que é atribuído a uma determinada ferramenta. Tal compreensão será mais detalhada na seção seguinte.

Ontologia dos valores: uma explicação fenomenológica

Detectando, ao longo de nossa revisão bibliográfica, um contingente significativo de citações e referências aos trabalhos de Hessen (1980) e Frondizi (1977), optamos por apresentar algumas das ideias desses dois axiólogos.

Iniciamos com Hessen (1980), que desenvolve uma demonstração fenomenológica dos valores. Na obra *Filosofia dos valores* (HESSEN, 1980, p. 37), o autor é enfático ao dizer que o conceito de *valor* não pode ser definido rigorosamente, classificando-o juntamente com outros conceitos de compreensão polissêmica: *ser*, *existência*, entre outros. O único exercício possível, segundo esse autor, seria o de tentar tão somente *clarificar* a compreensão acerca de valores, mas sempre com limitações.

Em sua perspectiva, o termo *valor* é, geralmente, investigado a partir de três concepções que se apresentam exclusivas e unilaterais, correspondentes a determinadas instâncias do fenômeno axiológico: (1) a *vivência* de um valor: compreendida no domínio da consciência, da psicologia; (2) a *qualidade* de valor de uma coisa: compreendida no domínio do naturalismo, no qual o valor é visto como uma qualidade real dos objetos; e (3) a própria *ideia* de valor em si mesma: uma atividade complexa que sempre resultará em coisificar ou hipostasiar a compreensão do termo.

Ocorre que, por serem exclusivas e unilaterais, adotar uma perspectiva (concepção) isoladamente significaria cair no exclusivismo e deixar de ver o fenômeno em sua complexidade, pois o valor é um objeto da experiência (Instância 1), o caráter nostálgico de um lugar onde vivemos no passado, por exemplo; não se pode negar a existência de qualidades dos objetos (Instância 2), denominadas de “qualidades valiosas”. A paisagem desse lugar apresenta um *quale*,⁶ uma qualidade

⁶ *Quale* – termo latino que significa *qualidade* (tradução nossa).

naturalmente própria. Na ideia de valor (Instância 3), subsumimos o conteúdo de toda as experiências congêneres – o conceito de belo e bem, por exemplo.

Para uma investigação mais verticalizada do termo *valor*, Hessen (1980) se apropria de conhecimentos fenomenológicos em detrimento de métodos e noções apriorísticos que sugerissem a influência de noções anteriormente estabelecidas. *Fenômeno é tudo aquilo que nos é dado*. Partindo dessa premissa, Hessen (1980, p. 39) evidencia que o fenômeno *valor* “nos é dado precisamente na nossa ‘consciência dos valores’, na vivência que deles temos, ou melhor, de uma maneira mais geral, na nossa particular forma de vida que é a vida do valioso (*wertleben*)”.⁷ Investigar, pois, o fenômeno valorativo demandaria acolher essa noção fenomenológica.

Outro aspecto discutido pelo autor diz respeito ao ato humano de valorar ou realizar valorações. Segundo ele, sempre que reconhecemos algo como *valioso*, estamos, em última análise, atribuindo-lhe valor ou, como parece ser mais adequado, estamos emitindo *juízos de valor*. Valoramos diferentes coisas: opiniões, atitudes, objetos, etc. Mas esses juízos de valor não são emitidos univocamente. Nossos juízos valorativos são polarizados, ou seja, julgamos coisas como valiosas ou desvaliosas, atribuindo-lhes valores positivos ou negativos (valor, desvalor).⁸

É corriqueiro dizermos que uma determinada coisa *tem* valor e, quando o fazemos, remetemo-nos à valia do objeto sob julgamento. Mas também dizemos com frequência que determinada coisa *é* um valor e, nesse escopo, a compreensão está mais voltada a um sentido derivado da designação do termo *valor*. De acordo com Hessen (1980, p. 41), nesse caso, “a expressão mais conveniente e rigorosa para o designar será antes a expressão ‘bem’ (*Gut*)”.⁹

O que seria dizer, portanto, que determinada coisa *tem* valor? Com base nas asserções do parágrafo anterior, observamos que a atribuição de valor permeia as questões do desejo e da necessidade. Em relação ao desejo, Hessen afirma:

⁷ *Wertleben* – palavra alemã que pode ser traduzida como *digno de ser vivido* ou ‘vale a pena viver’ (tradução nossa).

⁸ Morente (1979, p. 303) ao invés do termo *desvalor*, utiliza o termo *contravalor*.

⁹ *Gut* – palavra alemã que pode ser traduzida como *bem* ou *bom* (tradução nossa).

É da essência de todo ser humano conhecer e querer, tanto como valorar. E até, se pretendemos ver na vontade o centro da gravidade da natureza humana – como já Santo Agostinho pretendia a crer – mais uma razão para afirmar que o valorar pertence à essência do homem. Todo o querer pressupõe um valor. Nada podemos querer senão aquilo que de qualquer maneira nos pareça valioso e como tal digno de ser valioso. (1980, p. 43).

Quanto à necessidade, o mesmo autor destaca:

Atribuo valor ao pão porque ele me mata a fome; ao vestuário porque me defende do frio. Em ambos os casos, como é evidente, trata-se de necessidades elementares da vida que são satisfeitos por aqueles gêneros de coisas. Se estas nos parecem valiosas, é porque satisfazem estas necessidades. E assim, podemos antes de mais nada, definir valor como sendo um certo *quid*¹⁰ que satisfaz uma necessidade. Será valor tudo aquilo que for apropriado e satisfizer determinadas necessidades. (1980, p. 43).

Mas isso não satisfaz completamente nosso questionamento. Seriam esses dois fatores (desejo e necessidade) aplicáveis a todas as classes de valores (estéticos, éticos, morais, espirituais, entre outros)? Há pessoas que poderiam dizer que valores espirituais são aqueles que satisfazem nossas necessidades espirituais e valores morais aqueles que satisfazem nossos desejos morais. Todavia, inferências desse tipo sugerem explicações, a nosso ver, um tanto superficiais para a questão. Embora nos ajudem a clarificar a problemática em debate, sentimos a necessidade de capilarizar a reflexão.

Quando afirmamos que alguma coisa *tem* valor, estamos, a bem da verdade, emitindo um *juízo de valor*. Hessen (1980) nos instrumentaliza para compreender isso ao diferenciar os elementos *ser*, *existência* e *ser valioso*. O primeiro deles, de acordo com o autor, compreende a essência, o lado lógico do objeto, as características singulares que o diferenciam dos demais. O segundo está relacionado ao lado alógico do objeto, à sua realidade não essencial, àquela que simplesmente nos é dada. O terceiro, por seu turno, está atrelado ao ato de emitir um juízo de valor,

¹⁰ *Quid* – termo latino que significa *aquilo que* (tradução nossa).

considerando os elementos variantes que podem influenciar nessa atividade.

Algumas correntes axiológicas sustentam que não há uma segregação profunda entre *ser* e *valor*, não havendo, por consequência, uma autonomia da esfera axiológica em relação à esfera ontológica.

Ocorre que boa parte dos axiólogos não concorda com essa visão. (HESSEN, 1980, p. 45). Ao contrário, partem do princípio de que há uma clara separação entre *valor* e *realidade*. Daí já se pressupõe a existência de ciências do ser (voltadas às exclusivas estruturas dos objetos, cifram sua existência) e ciências dos valores (que se ocupam dos juízos de valor, da polaridade desses juízos, da hierarquização dos valores, etc.).

Pensamos ser pertinente mencionar que Hessen (1980) desenvolve um pensamento bastante interessante em relação às ciências naturais e aos valores. Para ele, o ponto de vista das ciências empíricas é estranho aos valores. De acordo com o autor,

o homem, não é para o naturalista, que se sabe manter fiel ao seu ponto de vista puramente científico-teorético, o rei da Criação. Para uma contemplação só anatômica, Apolo não vale mais que um idiota, e para um químico um gás que cheira mal não vale menos que outro que tenha aroma de um cravo. (HESSEN, 1980, p. 45).

Para Hessen (1980), ao contrário das ciências empíricas, o moralista, por exemplo, procura o valor *bem moral* para daí extrair normas de efetivação prática. Tais normas irão balizar ou aferir as ações humanas. Nesse caso, se poderá ajuizar se determinado ato é passível de valor positivo ou de valor negativo, fixando, por conseguinte, um índice de valoração desse valor em uma escala de comparação com outros.

Embora esclareça que ciências da natureza possam ocupar-se de realidades que sejam valores, Hessen (1980) defende que as mesmas são alheias às considerações de valor, tratando das coisas e dos valores como apenas algo existente, como os seres, não questionando se os juízos de valor são válidos ou não.

A nosso ver, contrariando Hessen (1980), pensamos que a questão deva ser redirecionada. Entendemos como demasiadamente radical a ação de extrair as ciências da natureza do escopo valorativo. Como se pode conferir em outros estudos (LACEY, 2008, 2010), não se trata de se

esquivar das discussões axiológicas dessas ciências, trata-se de localizá-las em outro escopo de discussão, como veremos ao abordar as tipologias de valores, entre as quais destacamos os valores cognitivos ou epistêmicos para o estudo das teorias científicas. (LACEY, 1998, 1999, 2000, 2003, 2008, 2010).

É importante ressaltar, contudo, a maneira pela qual as asserções de Hessen (1980) nos possibilitam compreender a diferença entre *ser* e *valor* a partir do confronto entre juízos de realidade e juízos de valor. Para maior clarificação, o autor exemplifica: para o juízo de valor “esse quadro é belo”, temos nítida a indicação de que se quer enfatizar algo sobre o valor estético do quadro. Quer indicar que a beleza é uma propriedade estética do quadro. Essa indicação, como defende o autor,

não pode confundir-se com outras determinações do mesmo ser, tais como: a do seu tamanho ou grandeza, da sua forma, da sua matéria, da sua cor, etc. Estes conseguem dominar-se por observação e medição. Não é assim na determinação do valor. E a prová-lo está o fato de que vários observadores colocados diante do quadro, formularão porventura juízos idênticos ou diferentes, consoante apreciarem o seu ser ou o seu valor. Entre eles poderá estabelecer-se unanimidade no primeiro caso; dificilmente haverá unanimidade no segundo. (1980, p. 46-47).

Ou seja, a respeito do *ser* será possível entrar em consenso. Quanto ao *valor* estético, porém, esse consenso sofrerá variações. Com o exemplo apresentado, o autor desenvolve um raciocínio bastante próximo do de Frondizi (1977), autor cujo pensamento axiológico será apresentado posteriormente. Hessen (1980) sugere (sem uma sistematização profunda) que investigar a estrutura de um juízo de valor significa investigar *um sujeito que valora*.

Quando ouvimos a asserção “tal coisa tem valor”, podemos analisar e inferir que, no conteúdo desse juízo, pode-se localizar uma relação. Que relação? A do sujeito que valora com o objeto valorado. Para o autor, essa relação está sempre contida implicitamente ao sujeito:

No juízo *pensa-se*, sempre, mesmo sem se dar por isso, uma tal relação. É como se disséssemos: x tem valor para José ou Joaquim, isto é, para alguém. Por outras palavras, no conceito de valor está incluído o da sua referência a um sujeito. *Valor é sempre valor para alguém. Valor – pode*

dizer-se – é a qualidade de uma coisa, que só pode pertencer-lhe em função de um sujeito dotado com uma consciência capaz de a registrar. O valor não pode assim ser desligado desta relação. Se o desligarmos, praticaremos uma hipostasiação inadmissível e tê-lo-emos então coisificado, ontologificado. (HESSEN, 1980, p. 47, grifos do autor).

Dessa ideia queremos extrair a noção de *relação*, que será recuperada posteriormente. À primeira vista, seria lógico conjecturar que, no trecho acima, Hessen (1980) sobrepesa o lado da balança reservado à axiologia subjetivista,¹¹ para a qual o valor, em termos gerais e bastante simplificados, está no juízo do sujeito que valoriza e não no objeto ou na ação humana valorado.

Para não se deixar levar por essa compreensão, o autor é enfático ao dizer que o sujeito não é a medida dos valores. Ninguém pode decidir pura e simplesmente sobre o que é ou não valioso. Em consonância, entendemos que todo juízo teórico pretende valer para o sujeito que emite esse juízo, não apenas para si, mas para todos os julgadores possíveis. Assim, quando julgamos um ato como *moral* ou *imoral*, pretendemos, em essência, exprimir alguma coisa objetiva, uma noção que gostaríamos que todos reconhecessem, ratificando para nosso juízo uma validade geral.

Para justificar suas asserções, Hessen (1980) realiza um ajustamento semântico à noção de *sujeito*:

Com o termo “sujeito” não pode querer-se significar portanto o sujeito individual que julga, mas sim um sujeito em geral, um sujeito mais abstrato [...] não é o *individuo* mas o *gênero* homem, pura e simplesmente, que aqui entra em causa. Os valores acham-se referidos ao sujeito humano, isto é, aquilo que há de comum em todos os homens. Referem-se àquela mais profunda camada do ser que se acha presente em todos os seres humanos e que constitui o fundamento objetivo do seu “serem homens”. (HESSEN, 1980, p. 49, grifos do autor).

Detectamos aí um fator importante – a apreensão de elementos da esfera sociológica ao escopo axiológico, uma vez que as teorizações de

¹¹ Posteriormente, para maior esclarecimento, serão apresentadas as correntes axiológicas do subjetivismo e do objetivismo.

Hessen (1980) tratam de um sujeito que transcende o nível do individual, assumindo uma condição interindividual.

Retornando, porém, à discussão inicial desta seção (ontologia dos valores), após termos apresentado e discutido algumas das ideias de Hessen (1980), abordaremos a visão de outro axiólogo, cujo pensamento acerca da filosofia dos valores se aproxima bastante de nossa concepção. Trata-se do pensamento axiológico desenvolvido por Frondizi (1977).

Frondizi (1977, p. 15-16) inicia sua reflexão dizendo que os valores não existem por si mesmos a não ser em uma relação de dependência. São os valores, portanto, entes parasitários. À primeira vista, se nos apresentam como qualidades de entes depositários, como, por exemplo, o valor *beleza*, creditado a um vestido, e o valor *utilidade*, atribuído a uma determinada ferramenta.

Mas a qualidade valorativa, de acordo com Frondizi (1977) não é homóloga às outras qualidades. Nos casos citados, o vestido e a ferramenta possuem, naturalmente, qualidades básicas como tamanho e peso, presentes em outros objetos que podem, por seu turno, possuir diferentes valores.

Encontramos aqui uma tipologia de *qualidades* elencadas pelo autor. Para Frondizi (1977, p. 16), as qualidades fundamentais de um objeto, por ele denominadas *qualidades primárias*, conferem-lhe existência, atribuem-lhe uma noção de ser: extensão, impenetrabilidade e massa, entre outros. Ao contrário, os valores não podem conferir e nem agregar essas noções: as pedras preciosas já existem antes mesmo de serem trabalhadas e de se transformarem em algo valioso.

Outro tipo de qualidade foi definido por Frondizi (1977, p. 16); são as chamadas *qualidades secundárias*. Essas são representadas por qualificadores de origem perceptiva, como o calor, o sabor e o cheiro que, embora se diferenciem das primárias por um maior grau de subjetividade, ainda estão circunscritas ao *ser* do objeto.

Os valores, segundo a proposição teórica desse autor, ocupam uma nova classe de qualidades que, sem obliterar as anteriores, são denominadas *qualidades terciárias*: “Os valores não são coisas, mas propriedades, qualidades *sui generis*, que possuem certos objetos chamados bens”. (FRONDIZI, 1977, p. 17, tradução nossa). Desse modo, os valores são considerados entes parasitários que não podem existir sem estar vinculados a entidades reais. Antes desse vínculo, os valores são apenas possibilidades, mas ausentes de um sentido real de existência.

A partir dessa concepção de valor, Frondizi (1977) argumenta que, assim como as qualidades não podem existir por si mesmas, o valor não tem substantividade própria. Essa condição, segundo ele, demarca a compreensão dos valores nas discussões filosóficas e contribui para sustentar críticas a teorias axiológicas radicalmente objetivistas:

Muitos desvarios de certas teorias axiológicas objetivistas se devem ao esquecimento de que o valor é uma qualidade, um adjetivo. Tais teorias deslizarão do adjetivo ao substantivo, e ao substantivar o valor cairão em especulações sem sentido e na impossibilidade de descobrir seu caráter peculiar. A filosofia atual tem se curado da tendência tradicional de substantivar todos os elementos constitutivos da realidade. Hoje, ao contrário, tem adquirido importância os verbos, os adjetivos e também os advérbios. Por trás de muitos substantivos tradicionais há um adjetivo implícito. Não há que se deixar enganar pela linguagem. A língua assimila as formas de pensar que prevalecem e a nova teoria não pode ficar prisioneira da língua: exige hábitos linguísticos que se adaptem melhor às novas formas de pensar. (FRONDIZI, 1977, p. 17, tradução nossa).

É justamente pelo fato de considerar os valores como qualidades, que o autor sustenta a condição parasitária dos mesmos, necessitando apoiar-se em elementos reais. No caso das *qualidades primárias*, por exemplo, bastaria um golpe de martelo para destruir a qualidade *beleza* de uma estátua. Sem o ente depositário, portanto, os valores são vistos pelo autor como *possibilidades* ou *qualidades irrealis*, ou seja, que apresentam uma existência virtual que pode (ou não) tornar-se real.

Frondizi (1977) avança nas discussões axiológicas ao propor e fundamentar o que denominou de “qualidade estrutural dos valores”. Segundo o autor, seria um erro afirmar que a objetividade do valor e a subjetividade da valoração são excludentes. Assumindo ambas as correntes como verdadeiras, Frondizi (1977) chega a uma conclusão distinta. Ele inicia a apresentação de sua ideia explicando o que entende por *estrutura*. Sua principal característica consiste em reunir propriedades que não podem ser encontradas nos seus membros quando considerados isoladamente. Nesse ínterim, sempre há de se considerar o fator *novidade* em uma estrutura que seja autêntica. Para o autor, ainda que dependente dos membros, uma estrutura não pode ser entendida como uma simples sobreposição de elementos dos quais seja dependente.

Frondizi (1977, p. 208-209) nos faz pensar que o fato de uma estrutura não poder ser reduzida à soma de suas partes implica considerar uma condição metafísica na análise dessa questão. Ao contrário, ele defende a estrutura como uma qualidade empírica, real, na qual se faz referência a uma realidade concreta e não a uma abstração.

Para exemplificar o valor como qualidade estrutural, cita o exemplo de um arranjo floral do tipo *ikebana*¹² (Figura 1). Na visão do autor, para esse tipo particular de arranjo, a disposição das flores é tão ou mais importante que as próprias flores. É justamente a disposição que o configura como do tipo *ikebana*. Um especialista nesse tipo de conformação floral saberá claramente admitir que a beleza do arranjo dependerá muito mais da disposição das flores que da natureza intrínseca das mesmas: “Não há ramo sem flores, mas a beleza do conjunto não equivale à soma da beleza de cada flor, senão que é uma qualidade que agrega, uma qualidade estrutural.” (FRONDIZI, 1977, p. 210, tradução nossa).

Figura 1 – Arranjo floral do tipo *ikebana*



Fonte: Ikebana (2014).

¹² De acordo com o *Dicionário eletrônico Houaiss* (2009), *ikebanas* são composições florais típicas das tradições e da filosofia japonesas, que, a partir do século VII, obedecem a regras e à simbologia codificadas.

Para justificar tais asserções, o autor explica que as flores, ao estarem dispostas sobre uma mesa antes de comporem o arranjo, não possuem a estrutura estética de um *ikebana*. A estrutura *ikebana*, portanto, é ativa.

Com base nessas reflexões, Frondizi (1977) volta à questão dos valores enfatizando que os mesmos não são estruturas, mas qualidades estruturais que se dão em uma relação física e humana determinada, originando-se “da reação de um sujeito frente às propriedades que estão em um objeto”. (FRONDIZI, 1977, p. 213, tradução nossa).

Cabe ressaltar que a *situação* (contexto da relação), nesse caso, não pode ser compreendida como um item acessório ou mero receptáculo das relações que se estabelecem entre o sujeito que valora as qualidades valorativas do objeto valorado. Ressalta-se que a situação afeta ambos os membros desse sistema (sujeito e objeto) e, por conseguinte, influi no tipo de relação que mantém.

Dessa noção depreende-se que a valoração está condicionada à situação: se se muda a situação, o *bom* pode mudar para *mau*. Frondizi (1977) evidencia, ainda, que não são apenas as grandes mudanças na situação que alteram o valor resultante. Alterações pequenas, como na temperatura, podem influenciar na reação do sujeito em relação ao objeto a ser valorado, um sorvete, por exemplo.

Quanto às alterações que podem se interpor às situações, convém assinalar que são devidas a uma diversidade de fatores promotores de variância. Mais uma vez, como observado em Hessen (1980), detectamos elementos que suplantam a demarcação sujeito-objeto, como os fatores sociais, econômicos e culturais. Como exemplo, citado pelo autor, há diferentes valorações a respeito da água. Segundo ele, as alterações do valor da água se dão uma vez que

variam segundo as necessidades, a quantidade disponível, a época do ano, as possibilidades de chuva, aos costumes sobre consumo e outros fatores físicos, sociais, econômicos e históricos que constituem a situação. Se se passa desse exemplo simples a outro complexo, aumenta a influência dos fatores situacionais. (FRONDIZI, 1977, p. 213-214, tradução nossa).

Mas quais seriam os componentes de uma *situação*? Observamos, por meio desse autor, a exploração do contexto que envolve o sujeito e o objeto a ser valorado. São elencados cinco componentes desse contexto

(que não excluem outros): I) o *ambiente físico* – variantes do ambiente como clima e temperatura podem afetar o comportamento das pessoas e sua escala de valores; II) o *ambiente cultural* – cada ambiente cultural tem seu grupo de valores que, embora mudem ao longo do tempo, apresentam certa estabilidade. Como se sabe, o meio social integra o ambiente cultural. Nesse escopo, estão abarcadas crenças, convenções, orientações políticas e filosóficas com suas recíprocas inter-relações e influências sobre as escolhas humanas; III) *as necessidades* – influenciando e condicionando as valorações humanas estão as necessidades. Podem ser mais ou menos básicas, variando entre os níveis pessoal, social, político e cultural. Um exemplo simples é o das vacinas. O valor de uma vacina pode mudar uma escala de valores, quando se está imerso em uma epidemia; IV) o *fator tempo-espço*: estar em um lugar em um determinado tempo também é outro fator de influência nos modos de comportamento e avaliação humanos. A conduta moral de uma pessoa pode ser diametralmente invertida, quando a mesma se encontra em meio a uma guerra, por exemplo; V) *os problemas morais* – os fatores morais de interferência não podem ser analisados separadamente, estão condicionados a todos os demais de acordo com o espectro social.

Na visão de Frondizi (1977), esses componentes não ocupam uma hierarquia fixa. Sofrem variações em seu ordenamento de acordo com as situações e os contextos estabelecidos entre objeto e sujeito. Mas cabe salientar (recuperando a noção de valor como qualidade estrutural) que os fatores estão interconectados, e que as mudanças sofridas por um ou mais deles irão influenciar na relação (da qual surgirão os valores) do sujeito com o objeto.

Todavia, embora seja necessário considerar a relação existente entre sujeito e meio, é pertinente, também, não sobrepesar tal relação. Nas palavras de Frondizi:

Muitas das coisas que ocorrem ao sujeito são “pessoais”, ainda que estejam influenciadas pela situação. Algo pertence à situação e não ao indivíduo quando é compartilhado por outros membros do grupo, como ocorre com a fé religiosa, a convicção política ou a tradição cultural. Apenas da íntima relação entre o sujeito e seu meio físico, por sua vez, é fácil distinguir a temperatura de nosso corpo da do meio em que estamos. Algo similar se pode afirmar sobre a relação entre o objeto e a situação. A situação começa onde termina o objeto [...]. No caso de um

ato moral, o aspecto objetivo é o fato desnudo da ação, e a situação é o contexto físico e humano em que ocorreu. (1977, p. 217-218, tradução nossa).

Um exercício interessante de Frondizi (1977) compreende seu esforço em mostrar a complexidade dos valores em função da instabilidade que decorre dos fatores dinâmicos que o afetam. Com essa noção, o autor critica a existência de regras fixas para o juízo de valor ante a comportamentos morais ou apreciações estéticas. Se isso não for considerado, poderemos incorrer em interpretações simplistas do valor e submeter nossos comportamentos morais a regras fixas cuja estabilidade só pode ser concebida quando desconsiderada a influência do meio.

Assim como Hessen (1980), ao discutir as antíteses prefiguradas entre objetivistas e subjetivistas, Frondizi traz à baila um elemento relevante à nossa investigação – o caráter relacional do valor, explicitado (a título de exemplificação) nos dois segmentos a seguir:

Se examinamos a relação do objeto valioso com o sujeito que o valora [...] advertiremos que o valor não pode existir senão em relação a um sujeito que valora. Que sentido teria a agradabilidade de uma comida, sem um paladar capaz de “traduzir” as propriedades físico-químicas da comida na vivência do agradável? (1977, p. 193, tradução nossa).

E também:

Além do sujeito e do objeto, há que se considerar a “atividade” do sujeito, por meio da qual este se põe em relação com o objeto; no caso dos valores, tal atividade é a valoração. Um sujeito valorando um objeto valioso será, por conseguinte, o ponto de partida da análise. Uma vez realizada tal análise se poderá afirmar a existência de um valor com independência do sujeito que o valora – como querem os objetivistas – ou concluir, ao contrário, que não é mais que uma projeção do ato de valoração do sujeito, como sustentam os subjetivistas. Ou que o valor tem caráter relacional e requer a presença do sujeito e do objeto. (FRONDIZI, 1977, p. 194, tradução nossa).

Essa ideia de relação, interposta tanto em Hessen (1980) como em Frondizi (1977), salvo suas especificidades, nos parece iluminar o sentido

de um caminho alternativo para a compreensão dos valores. Sem que tais autores tenham sistematizado uma axiologia dessa relação (mas a aludiram), pensamos ser possível deslocar a discussão por hora circunscrita ao domínio das doutrinas objetivistas e subjetivistas, para uma dimensão mais ampla, voltada à relação.

Mas o que seriam essas doutrinas axiológicas denominadas *objetivismo* e *subjetivismo*, especificamente? Vejamos no tópico seguinte.

2.1 Axiologia objetivista e axiologia subjetivista

Muitos teóricos que investigaram a questão dos valores, como Hessen (1980), Frondizi (1977) e Ruíz (1996), evidenciaram a disputa estabelecida entre duas correntes clássicas na axiologia: o objetivismo e o subjetivismo. Ambas, comprometidas com um mesmo problema de partida, a saber, investigar se *as coisas têm valor porque as desejamos ou se as desejamos porque têm valor*, apresentam argumentos consistentes (contrários e favoráveis) que, na maior parte dos casos, não podem ser refutados completamente.

Cada uma dessas correntes encontra-se capilarizada por outras subcorrentes, originadas, cada vez mais, em razão de novas articulações teóricas intra e interdisciplinares. Antes de qualquer outra reflexão, nossa análise desse movimento é a de que resulta dessa “disputa teórica” um enriquecimento epistêmico para todo o campo da filosofia dos valores (axiologia). Em linhas gerais, os esforços dos subjetivistas têm se concentrado em demonstrar que o fenômeno axiológico é circunscrito ao sujeito que valora (que emite um juízo de valor). Nesse caso, o valor é encerrado no sujeito e não no objeto ou na situação valorada. Em contrapartida, os objetivistas sustentam a condição de que objetos ou coisas passíveis de valoração possuem um valor intrínseco. Assim, se reconhecerá a objetividade do valor tão somente quando se aceitar a existência do mesmo – independentemente do sujeito. Da mesma forma, será reconhecida a subjetividade valorativa, quando se conceber a validade dos valores em função – não dos objetos – mas das condições físicas e psicológicas dos sujeitos que valoram.

Fronidzi (1977), em nossa opinião, oferece com mais clareza um quadro geral dessas correntes. Como mostrado anteriormente, esse autor apresenta uma classificação para as qualidades dos objetos físicos (qualidades primárias, secundárias e terciárias). Poderíamos, desse modo,

nos questionar em relação a uma obra de arte: o valor *beleza* estaria mais próximo de qual dessas qualidades? Das primárias, nas quais entrariam em jogo as propriedades naturais do objeto? Ou das qualidades secundárias, prefiguradas no sujeito que “enxerga” beleza na obra de arte?

Em nossa visão, não podemos encontrar estabilidade nas discussões axiológicas exclusivamente objetivistas ou subjetivistas. A discussão é complexa em ambos os lados, sobretudo porque é nítida a percepção de que o grau de objetividade e de subjetividade, no processo de valoração, sofre variações na hierarquia dos valores devido à influência de diversos fatores.

Tomemos como exemplo a degustação de uma garrafa de vinho. Ao tomar uma taça de vinho e classificar o mesmo como *agradável*, caso concluamos que a agradabilidade está no nosso juízo acerca do vinho, ou seja, a agradabilidade deve sua existência, seu sentido ou sua validade às nossas razões fisiológicas ou psicológicas, incorreremos no subjetivismo.

Dito de outra maneira, quando afirmamos que o vinho é *agradável*, reconhecemos que o agradável está em nós. Nesse caso, nossas condições biológicas e psicológicas poderiam modificar nosso juízo de valor acerca do vinho. Assim, se tivéssemos bebido muita água ou se estivéssemos enjoados, o vinho em questão não nos seria tão agradável quanto se degustado em condições inversas.

Seria lógico inferir, como assinala Frondizi (1977, p. 194-195), que se cada um reage diferentemente à degustação de um mesmo vinho (emite juízos diferentes de valor), a diferença reside no sujeito e não no objeto – *de gustibus non disputandum*.¹³ Mas se detecta aí certo exagero. Se o gosto é indiscutível, seriam inúteis as discussões acerca do valor estético das obras de arte, dos poemas, entre outros. Isso não corresponde à realidade. Como resolver essa questão? Há de se reconhecer um grau de objetividade na valoração do vinho. Para certos vinhos, pessoas de diferentes configurações culturais, étnicas, condições físicas e biológicas podem reconhecer o elemento *agradabilidade* nos mesmos, apresentando uma ideia de objetividade.

¹³ *De gustibus non disputandum* – expressão latina que significa *o gosto não se discute*.

Ao teorizar sobre a objetividade dos valores, Reale (1991) defende, inclusive, a ideia de valores mais gerais, necessários à permanência da vida humana na Terra. Segundo ele, há valores como a ecologia (atualmente, poderíamos citar o desenvolvimento sustentável) que, indiscutivelmente, assumem tal grau de objetividade, que nos permitiria (e ele o fez) sustentar a condição de uma invariância axiológica.

Os valores éticos, por exemplo, podem exercer uma força impositiva que pressiona (implicitamente) as pessoas a arbitrarem determinados julgamentos, ainda que, em última análise, os juízos arbitrados possam ser diferentes de sua vontade individual. Julgar, pois, uma atitude e classificá-la como honesta ou desonesta, correta ou incorreta, não depende diretamente das vontades subjetivas. Há sistemas de valores (como os éticos) que, consciente ou inconscientemente, conduzem ou direcionam o julgamento.

Nesse sentido, Frondizi (1977, p. 195) evidencia a existência de fatores sociais e culturais que podem influenciar tanto na subjetividade quanto na objetividade valorativas. Assim, para o caso do vinho, poder-se-ia dizer que o grau de agradabilidade pode sofrer variações em decorrência da companhia que acompanha o degustador tanto quanto das condições físico-químicas do vinho. Resultam dessa discussão, de acordo com Frondizi (1977), algumas inferências: a) as correntes (objetivista e subjetivista) não são excludentes; b) os valores não têm natureza semelhante no que se refere à objetividade e à subjetividade; e c) é variante o grau de objetividade e/ou subjetividade nos juízos de valor.

No mesmo sentido, Capitán-Díaz (1979, p. 159-170) também assinala algumas posições: I) é certo que as qualidades objetivas dos objetos nos induzem a ajuizar valores em relação a elas; II) o mundo dos valores não pode ser exclusivamente compreendido na esfera emocional. O conhecimento intelectual também investiga o mundo dos valores; III) é um exagero dizer que as pessoas não mantêm relação com os valores; IV) não se pode pensar em valor sem o exercício subjetivo de um sujeito que valora; V) as discussões axiológicas podem ser refletidas no âmbito dos estudos relacionados à vivência pessoal (desejo, interesse, prazer); e VI) o subjetivismo axiológico não pode ser reduzido a uma questão de preferência individual.

É possível observar que Frondizi (1977) desenvolve uma crítica fundamentada no posicionamento radical de ambas as correntes. Em síntese, argumenta que as doutrinas objetivista e subjetivista evidenciam o quanto a problemática axiológica é complexa. Todavia, erram quando tentam reduzir a discussão a uma perspectiva isolada:

O subjetivismo tem razão quando sustenta que não há valor sem valoração; erra ao negar o elemento objetivo adicional. O objetivismo, por sua vez, acerta ao indicar a importância das qualidades objetivas, mas se equivoca ao deixar de lado a reação do sujeito frente a tais qualidades. (FRONDIZI, 1977, p. 141, tradução nossa).

Analisando cada uma das correntes, a crítica de Frondizi (1977), por nós compartilhada, evidencia que não é vã a tarefa dos objetivistas tanto quanto a dos subjetivistas. Há uma falsa noção de oposição estabelecida entre tais correntes, alimentada pela ideia de que os valores devem ser necessariamente subjetivos ou objetivos. Segundo o autor, há de se reconhecer que “o valor tem um caráter relacional e requer a presença do sujeito e do objeto”. (FRONDIZI, 1977, p. 190, tradução nossa). Com essa ideia de relação, poderíamos concluir que tais doutrinas são complementares e não excludentes.

Para o autor, elementos de subjetividade como desejo, interesse e sensação de agradabilidade constituem um quadro de condições necessárias, mas não suficientes para demonstrar que os valores são necessariamente subjetivos. Por outro lado, esses estados demandam a existência de entes depositários objetivos que os suportem.

Por fim, complementando a noção de *relação* na análise axiológica, além das perspectivas objetivista e subjetivista, destacamos as reflexões de Marín-Ibáñez (1981). Segundo esse autor, não se pode compreender o fenômeno axiológico estando preso a uma perspectiva insular. Trata-se, como tantas outras questões epistêmicas, de uma visão complexa que decorre de uma relação dinâmica como aquela estabelecida entre sujeito e objeto. Daí se depreendem os valores.

Mas, considerando a objetividade e a subjetividade como correntes distintas ou complementares, além da perspectiva relacional sinalizada, o que poderíamos dizer a respeito das características gerais dos valores?

Quanto à compreensão recente acerca das características dos valores, encontramos nos trabalhos de Frondizi (1977), Lacey (2008, 2010), Reale (1991), Resweber (2002) e Ruíz (1996), as seguintes enunciações:

2.1.1 Hierarquização dos valores

É perceptível a noção de hierarquização dos valores, isto é, a condição dos valores de se subordinarem uns aos outros por diferentes motivos. No momento da emissão de juízos de valor, cada pessoa manifesta um sistema hierárquico de diferentes valores em decorrência da subjetividade de cada um e de suas incomensuráveis histórias de vida.

Alguns autores, como Reale (1991), não obstante a noção de subjetividade, sustentam a tese da necessidade de constantes ou invariantes axiológicas, como elementos fundantes da ordem cultural e garantidores do diálogo e da mútua compreensão entre seres humanos de diferentes tradições culturais. Um exemplo já citado compreende o *valor ecológico*: “Não creio possa haver tema mais fascinante do que este das invariantes axiológicas, isto é, da existência ou não de valores fundamentais e fundantes que guiem os homens, ou lhes sirvam de referência, em sua faina cotidiana”. (REALE, 1991, p. 1).

Hessen (1980) nos oferece uma escala de graduação axiológica com base em critérios extraídos da vasta literatura filosófica. Durante a pesquisa bibliográfica para este artigo, observamos que muitos autores realizam esse mesmo exercício: apresentam uma escala hierárquica de valores. Entendemos, porém, que esse empreendimento apresenta inúmeros fatores limitantes. Em primeiro lugar, ponderamos que uma lista de valores deve considerar, inegavelmente, a instabilidade axiológica já abordada neste trabalho.

Como vimos, os graus de objetividade e subjetividade variam no processo valorativo. O objeto ou a ação valorada pode sofrer alterações do meio, tanto quanto o indivíduo que valora pode ser influenciado por fatores biológicos, psicológicos, históricos, sociais e temporais. Estabelecer, portanto, uma lista hierárquica requer, em nossa visão, demarcar todos esses fatores limitantes.

Além disso, é preciso deixar claro qual ou quais são os referenciais teóricos do campo da axiologia que serão utilizados para nortear uma hierarquização. Discutir valores espirituais é bastante diferente de discutir valores cognitivos ou epistêmicos da ciência. Suas acepções são sintática

e semanticamente incomensuráveis, embora encontremos classificações hierárquicas que juntem esses diferentes tipos de valor em uma mesma lista. Por fim, é importante ressaltar que uma lista de valores será sempre instável. A dinamicidade do contexto, do indivíduo e da própria noção de valor sofre alterações ao longo do tempo. Daí a necessidade de enfatizar o fator *transitoriedade* nas inferências axiológicas.

Mas encontraríamos vantagens na configuração de uma escala axiológica hierarquizada? Nossa resposta é *sim*. Embora cientes dos limites dessa atividade, entendemos que o ato de construir uma lista de valores/desvalores com posições mais altas e/ou mais baixas pode contribuir para a compreensão dos motivos que justificam as escolhas e ações humanas em contextos determinados.

Há momentos, segundo nossa percepção, em que será necessário analisar os valores/desvalores e suas respectivas posições, em situações de juízo de valor. Ao considerarmos os valores como vetores ou indicadores de algo, precisaremos, antes de tudo, detectá-los, analisar suas frequências e características para que possamos, de fato, interpretá-los contextualmente. Depreende-se, portanto, uma necessidade metodológica.

Por esses motivos, apresentaremos (Quadro 2) alguns dos critérios gerais elencados por Hessen (1980, p. 121), mas extraídos originariamente de M. Scheler (1954), para uma determinação da 'altura' ou 'posição' dos valores em uma dada hierarquia:

Quadro 2 – Critérios para hierarquização dos valores

Duração	Valores mais altos são aqueles que se prolongam no tempo. Valores mais baixos seriam os mais transitórios, com menor duração: “[...] os valores são tanto mais altos quanto maior for a sua duração.” (HESSEN, 1980, p. 121).
Divisibilidade	A possibilidade de comparticipação ou experimentação de valores por uma pluralidade de sujeitos (como no caso da apreciação do valor estético de uma obra de arte por muitas pessoas ou a adesão a uma doutrina religiosa) pode demonstrar sua relevância: “Os valores são tanto mais altos quanto menos divisíveis forem.” (HESSEN, 1980, p. 122).
Valores fundantes	Valores que servem de fundamento para outros valores podem ser considerados de maior altura. Uma amizade duradoura (considerando amizade como um valor), por exemplo, está alicerçada em valores mais gerais como na honestidade, no respeito e na solidariedade: “O valor que serve de fundamento a outros é mais alto que os que se fundam nele.” (HESSEN, 1980, p. 122).
Satisfação na realização	A profundidade da satisfação produzida nas pessoas com a realização de um determinado valor pode indicar sua relevância. Essa profundidade na satisfação será maior quando se apresentar sobressalente à satisfação de outros valores realizados: “Os valores são tanto mais altos quanto mais profunda é a satisfação que a sua realização produz em nós.” (HESSEN, 1980, p. 122-123).
Grau de relatividade	Os valores sensoriais, como a agradabilidade, são perceptíveis apenas aos seres sensoriais. Mas há valores absolutos que transcendem, inclusive, a questão sensorialmente orgânica, configurando um “sentir especial”. Estariam aqui os valores morais, por exemplo: “Nesse sentir especial [...] é que nós conseguimos – sem o uso das funções da sensibilidade sensorial, através das quais só registramos o meramente agradável – compreender (sem dúvida, sentimentalmente) a essência destes valores.” (HESSEN, 1980, p. 123-124).

Fonte: Hessen (1980); adaptado pelos autores.

Certamente esses critérios se apresentam como iniciais, não estanques e flexíveis, mas compõem um ponto de partida bastante interessante para o exercício da hierarquização valorativa.

2.1.2 Classificação dos valores

Quando nos ocupamos em analisar a hierarquização dos valores, outra característica nos é evidenciada: os valores podem ser agrupados ou divididos em classes. Na literatura axiológica encontramos uma diversidade de classes ou de tipologias de valores. Em nosso entendimento, essa diversidade resulta da visão das diferentes correntes teóricas adotadas como ponto de partida para o estudo dos valores.

Tendo em vista que cada axiólogo ocupa-se de construir sua própria lista de valores, seria uma tarefa interminável trazer aqui classificações de valores com base nos estudos de teóricos da axiologia. Pensamos ser

mais produtivo elencar algumas classes de valores mais gerais, entre as quais citamos: *valores éticos* – solidariedade, lealdade, honestidade, etc.; *valores estéticos* – feio, belo, harmônico, etc.; *valores religiosos* – santidade, perfeição, pureza, etc.; *valores políticos* – cidadania, liberdade, justiça, etc.; *valores vitais* – saúde, força, etc.; e *valores cognitivos* – adequação empírica, consistência, poder explicativo, etc.

Enfatizamos, entretanto, como já o fizemos em ocasião anterior, a condição de incomensurabilidade dessas distintas classes de valores.

2.1.3 Polaridade dos valores

Os valores também se manifestam em um sistema de polaridade. Com frequência, a palavra *valor* costuma ser aplicada tão somente em uma condição de positividade. Todavia, a qualificação valorativa também se dá no sentido negativo. Tanto *bem* quanto *mal* são juízos de valor, são diferentes polos de uma mesma unidade de sentido. Evidencia-se, portanto, a noção polarizada dos elementos axiológicos: valor-desvalor. Segundo Hessen (1980, p. 107), a polaridade axiológica “pertence à própria estrutura essencial da ordem axiológica que assim se distingue, fundamentalmente, da ordem do ser a que é estranha uma tal estrutura”.

Hessen (1980) e Frondizi (1977, p. 19-21) esclarecem que o conceito de *valor* é geralmente usado com acepção dupla. Algumas vezes, entretanto, utilizamos a palavra valor em um sentido mais geral, independentemente de uma noção de polaridade. Outras vezes, fazemos uso da palavra *valor* em um sentido que expressa ideia de positivação. Contrapondo-se a essa noção de positividade, chegaríamos à ideia de desvalor, uma terminologia mais apropriada que *valor negativo*. De fato, o que se pretende enfatizar são valores (de sentido positivo) e seus contrapostos (com sentido negativo).

2.1.4 Distinção entre fato e valor

Há inúmeros estudos filosóficos esclarecendo a questão da distinção entre fatos e valores. Historicamente, essa distinção impulsionou – no campo da ciência natural – o nascimento da chamada ciência moderna:

A elaboração da dicotomia entre fato e valor (entre “é” e “deve ser”; ou ainda, como será usual em nossos dias, entre objetivo e subjetivo) acompanha o avanço e a afirmação do individualismo epistemológico

e o abandono gradativo do princípio de autoridade, seja da ortodoxia teológica tridentina, seja da filosofia natural aristotélica. Do ponto de vista histórico, é em torno da dicotomia entre fato e valor que se constituiu o próprio campo da ciência natural no interior da ampla modificação que conduziu ao nascimento da ciência moderna. (MARICONDA, 2006, p. 453).

Também segundo Mariconda (2006), essa distinção inclui trabalhos de teóricos como Galileu, Descartes e Pascal que, posteriormente, sustentaram a busca por um tipo de valor que acabou definindo os caminhos do desenvolvimento científico: o controle da natureza.

Complementamos, ainda, as reflexões de Mariconda (2006) com as de Lacey (2006), filósofo da ciência que tem estudado a questão das influências exercidas pelos valores sobre práticas científicas:

Ainda hoje, frequentemente, afirma-se que esta dicotomia é necessária para defender o ideal da ciência livre de valores, incluindo o seu componente mais fundamental, imparcialidade, de acordo com a qual a aceitabilidade de uma teoria científica (ou a avaliação dela como portadora de conhecimento bem confirmado) é baseada unicamente em dados empíricos e critérios cognitivos apropriados – de modo que os valores éticos e sociais não desempenham nenhum papel legítimo na avaliação da aceitabilidade. (LACEY, 2006, p. 252).

Essa abordagem – da influência dos valores na atividade científica – já havia sido mencionada por Kuhn em duas de suas obras: no artigo “Objectivity, value judgement and theory choice (1977) e no posfácio do livro *The structure of scientific revolutions* (1970). Além de Kuhn, McMullin (1983), segundo Lacey (1998), contribuiu significativamente com reflexões acerca da racionalidade científica no que diz respeito aos valores.

De acordo com Lacey (2008), no escopo das práticas e instituições científicas, três componentes estão comumente relacionados à ideia de que a ciência é livre de valores: imparcialidade, autonomia e neutralidade. Diante dessas teses, Lacey (1998) questiona a ideia tradicional de neutralidade científica ao promover uma reflexão sobre as bases epistemológicas da ciência e sua relação com o meio social.

Sugere, por seu turno, sustentando a tese de imparcialidade, que o reconhecimento de teorias científicas (práticas científicas) deva ser motivado por razões epistêmicas (valores epistêmicos) não relacionadas aos sistemas formais de conhecimento da racionalidade científica.

Os valores cognitivos, para Lacey (2010), correspondem a uma alternativa para a distinção de juízos científicos. Em detrimento de regras indutivas, dedutivas ou probabilísticas, valores cognitivos apresentam-se como uma nova forma de compreender a racionalidade humana. A novidade dessa proposta consiste na confluência de membros da comunidade científica que, ao estabelecerem um diálogo sobre a presença desses valores nas teorias, são capazes de instituir, coletivamente, juízos científicos sobre a aceitação ou refutação das mesmas.¹⁴

Quanto à distinção entre *fato* e *valor*, em geral, o entendimento é de que enquanto os fatos podem ser comprovados e acerca dos quais se pode inferir validade ou falsidade por consensos com alto grau de universalidade, os valores são vistos como critérios de valorização ou desvalorização das coisas (qualificadores que traduzem as preferências, os motivos e os critérios de conduta) e, mais recentemente, razões que justificam as ações humanas. Ao contrário dos fatos, os valores implicam a adesão de grupos mais restritos: pessoas empregam diferentes juízos de valor para um mesmo objeto ou ação.

2.1.5 *Objetividade versus subjetividade axiológica*

Entre os inúmeros impasses teóricos que permeiam os debates axiológicos atuais (condição compreensível para um campo de conhecimento em processo de consolidação), está em evidência a controvérsia já mencionada entre os subjetivistas e os objetivistas.

De um lado, temos a axiologia subjetivista para a qual os valores são preferências pessoais, produtoras de satisfação, condicionando os desejos à noção de valor. De outro, a axiologia objetivista que, criticando os excessos da corrente anterior, sustenta a existência de constantes axiológicas.

A divergência existente entre tais correntes nos permite questionar: As coisas têm valor porque as desejamos ou as desejamos porque têm

¹⁴ Um estudo mais detalhado dos valores cognitivos, enfatizando, inclusive, como esses valores podem ser utilizados na Educação Científica (Ensino do conteúdo “evolução biológica” nos anos finais da Educação Básica), é apresentado em Lacey (2010).

valor? Para Frondizi (1977), uma dimensão não pode excluir a outra. Haverá sempre uma relação dual para os valores. É consenso, porém, entre essas correntes, que decisões e ações humanas podem ser justificadas por meio de valores.

2.1.6 Valores e objetos ideais

A última característica, não menos importante que as anteriores, abarca a devida e necessária distinção entre valores e objetos ideais, como os entes matemáticos, por exemplo. Ao comparar o valor “beleza” com a “ideia de beleza” (que é um objeto ideal) fica mais esclarecedora a questão. Enquanto a beleza (valor) é captada por vias emocionais, a ideia de beleza é apreendida pela via intelectual, podendo uma obra de estética não causar nenhuma emoção, como abordado por Frondizi (1977).

No tocante à objetividade, a noção de valores como *objetos ideais* não está completamente distante da ideia de invariância axiológica defendida por Reale (1991). Entendemos, porém, que Reale explora mais a questão da necessidade de valores invariantes do que os que têm como entes ideais propriamente.

Por fim, no sentido de contribuirmos com o estudo dos valores, evidenciamos alguns dos principais problemas da axiologia atual, com o objetivo de demarcarmos, posteriormente, os desdobramentos deste trabalho.

3 Problemas da axiologia

As discussões acerca dos valores reúnem uma agenda repleta de controvérsias. A análise da conduta de uma pessoa, o gosto pessoal por uma determinada comida, a adesão a uma doutrina religiosa, entre outros, são exemplos de divergências quotidianas que ilustram a amplitude dos problemas axiológicos. Entretanto, como já dissemos, esse adágio latino não nos ajuda a suplantar a problemática axiológica. Ao contrário, submete-nos a uma posição extrema. Frondizi questiona a tese: *de gustibus non disputandum*.

Que seria do mundo ético e estético se, à força de afirmar a subjetividade do gosto, cada um se ativesse à própria maneira de ver as coisas? Como seria possível evitar o caos se não há pautas de valoração ou normas de conduta? Se cada um tem debaixo do braço o próprio metro de valoração, com que padrão decidiríamos os conflitos axiológicos? (1977, p. 25, tradução nossa).

Desse modo, além da clássica dualidade interposta entre objetivistas e subjetivistas, algumas questões de ordem metodológica são apresentadas à filosofia dos valores. Dewey, estudioso das temáticas axiológicas por várias décadas, sustenta que a mais importante problemática desse campo de conhecimento compreende demandas de ordem metodológica.

Para Dewey, valor “é tudo aquilo que se presume, tenha legítima autoridade na orientação da conduta”. (1960, p. 256). Para ele, os valores não se restringem a coisas, mas se aplicam a todo campo real e possível de experiência, advindo do interesse humano. Nesse sentido, e articulando seu posicionamento axiológico com as doutrinas objetivistas e subjetivistas, Dewey, segundo Stroh (1972, p. 316-317), defende a ideia de que não pode haver valores reais independentemente de interesses ou preferências. Todavia, por outro lado, o interesse e as preferências (em si mesmos) não constituem valores, segundo ele.

Inicialmente, Dewey (1988, p. 191-192) observou a polissemia existente no termo *valor*, registrando a dificuldade de se estabelecer um ponto de partida teórico para suas reflexões. Enfatizou, porém, que as ações e deliberações humanas, sejam coletivas, sejam pessoais, apresentam-se inegavelmente controladas por juízos valorativos ou, como se pode dizer, estimativas de valor.

Para ele a problemática axiológica pode ser mais bem-compreendida quando questões metodológicas são exploradas. Nesse sentido, embora saibamos que escolhas metodológicas dificilmente apresentam-se livres de encaminhamentos teóricos que as demandaram, concordamos com as colocações de Dewey para o âmbito do método. Graciano sintetizou as bases pragmáticas da teoria do valor de Dewey em cinco grandes considerações:

1. Mesmo que as expressões valorativas fossem ejaculatórias e como tais influenciassem a conduta de outras pessoas, seria possível construir proposições genuínas sobre essas expressões. Poderíamos investigar se elas tiveram ou não o efeito pretendido. Além disso, investigações posteriores seriam capazes de indicar as diferenças nas condições dos casos bem-sucedidos em obter o resultado pretendido e dos casos mal sucedidos.
2. Há outra teoria que conecta valorização e expressões valorativas com desejos e interesses. Uma vez que o desejo e o interesse são fenômenos comportamentais, as valorizações que eles produzem podem ser investigadas em relação às suas respectivas condições e resultados. Neste caso, as valorizações referem-se a padrões de comportamento empiricamente observáveis e podem ser estudadas como tais. As proposições que resultam são sobre as valorizações, mas não são em si mesmas proposições valorativas.
3. Proposições valorativas (*value-propositions*) existem sempre que as coisas são avaliadas em relação à sua adequação e utilidade como meios, pois tais proposições não são sobre coisas ou eventos já existentes, mas sim sobre coisas ou eventos que serão trazidos à existência.
4. Sempre que houver desejos, haverá fins em vista e não efeitos simplesmente produzidos por meros impulsos, apetites e hábitos rotineiros. Fins em vista, enquanto resultados antecipados em reação a um dado desejo são idealizados por definição.
5. A avaliação necessária de desejos e fins em vista, como meios através dos quais reais resultados são produzidos, depende da observação das consequências obtidas quando elas são comparadas e contrastadas com o conteúdo dos fins em vista. (2012, p. 90-92).

Alargando, pois, nossa discussão, para o escopo metodológico, surgem-nos duas questões centrais: Os valores podem ser detectados/captados? De que maneira isso poderia ser feito? De fato, não encontramos rapidamente respostas para esses questionamentos, mas, rememorando as palavras de Wittgenstein: ainda que os problemas filosóficos não possam ser resolvidos, podem ser dissolvidos, encontramos em Frondizi (1977) um caminho para tal dissolução, ajudando-nos, inclusive, a compreender aspectos próprios da ontologia axiológica.

Recordando o que já foi dito neste artigo acerca da axiologia de Frondizi (1977), os valores apresentam existência parasitária. Os substratos, por assim dizer, que sustentam os valores são de ordem real, ou seja, uma maçã, um gesto ou um objeto, que são percebidos por

nossos sentidos. Mas, nesse processo de percepção, captamos igualmente os valores e os entes/objetos nos quais eles estão apoiados? Como distinguir os valores dos entes depositários? Se quisermos, de fato, nos aprofundar na seara axiológica, essa questão será de grande relevância.

Fronzizi (1977, p. 41) sustenta também essas questões, argumentando ser útil questionar se captamos os objetos reais que servem de veículo para os valores do mesmo modo que captamos os valores em si. De acordo com ele, devemos investigar a natureza dos objetos valorados segundo a relação que mantemos com os mesmos. Cita o exemplo da diferença existente entre três elementos: *um* cavalo, *o* cavalo e *um* centauro. *Um* cavalo poderia ser visto, domado e caracterizado. Mas, *um* centauro e *o* cavalo não poderiam. *Um* centauro poderia ser imaginado, já o cavalo nem imaginado e nem palpado, porque *o* cavalo e *um* centauro são conceitos e não elementos reais. E com os valores, o que isso tem a ver? Para nós, isso significa que a relação que estabelecemos com um objeto pode ajudar a revelar a natureza do mesmo.

Fronzizi (1977, p. 41-42) recorda a ideia de Scheler (1941), segundo a qual a inteligência não poderia alcançar a seara dos valores, e apenas a intuição emocional seria capaz de fazê-lo. Com esse pensamento, concluiu-se que a intuição não necessita de depositários. Um dos grandes difusores das ideias de Scheler, Ortega y Gasset (1946), chegou a afirmar que a experiência dos valores seria independente da experiência das coisas, além do que seriam de naturezas bem distintas. Classificou as coisas como de natureza opaca à percepção humana.

Mas o que ele quis dizer com isso? Quis dizer que nossa percepção nunca poderá alcançar a plenitude das coisas, pois que temos sempre uma visão incompleta das mesmas. Cortar uma maçã, abri-la e explorá-la nos dariam uma percepção cada vez mais aproximada de sua essência, mas nunca completa. Já os valores apresentariam uma natureza transparente, possibilitando-nos vê-los (de maneira sensorial) integralmente.

Fronzizi (1977, p. 42) critica abertamente a noção de Scheler (1941) e a da Ortega y Gasset (1946) as quais denominou de “descrição otimista da captação do valor”. Para Fronzizi (1977), o trabalho de um crítico de arte, por exemplo, enfraquece essa noção. Constantemente são necessários anos de estudo para se reconhecer o valor de uma obra de arte; caso contrário, na ausência de fundamentos artísticos, uma obra de arte poderá incorrer no descrédito. Segundo o autor, “ainda no plano

estético – onde o aspecto emocional parece dominar – não faltam elementos intelectivos que formam parte de nossa captação. Se passamos do plano estético ao ético ou ao jurídico, a presença dos elementos racionais é inegável. (FRONDIZI, 1977, p. 42). Há de se evidenciar, contudo, que visões radicalmente intelectuais têm desligado a dimensão emotiva das discussões axiológicas, ilustrando, mais uma vez, a instabilidade dos posicionamentos.

A problemática axiológica permanece, portanto, aberta. Elencamos, por fim, perguntas que evidenciam tal problemática, segundo nossa visão e que merecem ser objeto de outras investigações:

- Se existem escalas axiológicas que classificam valores em mais ou menos gerais, quais critérios são adotados para essa classificação?
- Metodologicamente, de que maneira podemos detectar/captar os valores na análise de diálogos interpessoais?
- Como não incorrer na unilateralidade do objetivismo e do subjetivismo nas reflexões acerca de valores e juízos de valor?

Considerações finais

Com o intuito de apresentar uma revisão teórica de estudos que abordam a ciência axiológica e empreender uma análise crítico-reflexiva dos textos levantados, realizamos um levantamento bibliográfico que culminou na construção de uma síntese histórico-epistemológica da axiologia, apresentando ideias de estudos axiológicos desenvolvidos nas últimas décadas, no âmbito da filosofia dos valores.

Por meio dessa síntese, reunimos subsídios teóricos que nos ajudaram a compreender aspectos da ontologia dos valores (explicação fenomenológica), as controvérsias e particularidades das correntes objetivista e subjetivista da tradição axiológica, as características dos valores (hierarquização, classificação, polaridade, distinção entre fato e valor, os valores e os objetos ideais) e, por fim, os problemas recentes da ciência axiológica.

Em meio a diversos questionamentos e desdobramentos apresentados, evidenciamos a ideia de *relação axiológica*, interposta tanto em Hessen (1980) como em Frondizi (1977), para iluminar um caminho alternativo de compreensão da problemática axiológica, sobretudo as

limitações metodológicas voltadas à compreensão desse campo do conhecimento.

Observamos que tais autores, embora não tenham sistematizado uma axiologia dessa relação (mas a aludiram), possibilitaram deslocar a discussão por ora circunscrita ao domínio das doutrinas objetivista e subjetivista, para uma dimensão mais ampla voltada ao domínio da relação.

Nesse sentido, pensar em um novo arranjo teórico para a axiologia, balizado não em princípios exclusivamente objetivistas ou subjetivistas, mas relacionais, configura-se como tema gerador de novas reflexões que já foram por nós iniciadas e serão apresentadas em trabalhos futuros.

Referências

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. 5. ed. São Paulo: M. Fontes, 2007.
- ALIGHIERI, D. *La divina commedia secondo l'antica vulgata*. Torino: Einaudi, 1975. v. 1.
- BRENTANO, F. *Psychology from an empirical standpoint*. London: Routledge, 1995.
- _____. *El origen del conocimiento moral*. Trad. de Manuel Garcia Morente. Madrid: Tecnos, 2002.
- CAPITÁN-DÍAZ, A. *Teoría de la educación*. Zaragoza: Edelvives, 1979.
- DEWEY, J. *The quest for certainty*. Nova York: Capricorn Books, 1960.
- _____. Theory of valuation. In: DEWEY, J. *The later works*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1988. p. 1925-1953.
- FRONDIZI, R. *¿Qué son los valores?* México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- GRACIANO, J. E. C. *O conceito de valor na ética de John Dewey*. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2012.
- HARTMANN, E. von. *Grundriss der axiologie*. Leipzig: Hermann Haacke, 1908.
- HARTMAN, R. S. *La estructura del valor: fundamentos de la axiología científica*. México: FCE, 1959.
- HARTMANN, N. von. *Ontologia I, II, III, IV, V*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- HESSEN, J. *Filosofia dos valores*. Coimbra: Armênio Amado, 1980.

- HOUAISS. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IKEBANA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ikebana>>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- KREIBIG, J. C. *Psychologische grundlegungeines systems der werttheorie*. London: Forgotten Books, 1902.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- _____. Objectivity, value judgment and theory choice. In: _____. *The essential tension*. Chicago: University of Chicago Press, 1977. p. 320-339.
- LACEY, H. *Valores e atividade científica*. São Paulo: Discurso, 1998.
- _____. *Is science value free? Values and scientific understanding*. New York: Routledge, 1999.
- _____. As formas nas quais as ciências são e não são livres de valores. *Crítica*, Londrina, v. 6, n. 21, p. 89-111, 2000.
- _____. Existe uma distinção relevante entre valores cognitivos e sociais? *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 121-149, 2003.
- _____. Relações entre fato e valor. *Cadernos de Ciências Humanas: Especiaria*, Florianópolis, v. 9, n. 16, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed16/16_1_relacoes_entre_fato_e_valor.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- _____. *Valores e atividade científica 1*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.
- _____. *Valores e atividade científica 2*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- LAPIE, P. *Logique de la volonté*. Paris: F. Alcan, 1902.
- MARICONDA, P. R. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 4, n. 3, p. 453-72, 2006. Disponível em: <http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/04_03_05.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2014.
- MARÍN-IBÁÑEZ, R. Los valores, fundamento de la educación. In: CASTILLEJO, J. L.; ESCAMEZ, J.; MARÍN-IBÉÑEZ, R. *Teoría de la educación*. Madrid: Anaya 1981. p. 65-85.
- McMULLIN, E. Values in science. *Philosophy of Science Association*, Chicago, v. 2, p. 3-28, 1983.
- MORENTE, M. G. *Fundamentos de filosofia I: lições preliminares*. 7. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1979.
- ORTEGA y GASSET, J. *Obras completas*. Madrid: Revista de Occidente, 1947. v. 6.

REALE, M. Invariantes axiológicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 131-144, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jul. 2014.

RESWEBER, J-P. *A filosofia dos valores*. Coimbra: Almedina, 2002.

RUÍZ, J. M. La axiología y su relación con la educación. *Cuestiones Pedagógicas – Revista de Ciencias de la Educación*, Sevilla, n. 12, p. 151-168, 1996.

SCHELER, M. *Der formalismus in der ethik und die materiale wertethik*. Bonn: Bouvier Verlag, 1954.

SCHELER, M. *El formalismo en la ética e la ética material de los valores*. Madrid: Revista de Occidente, 1941.

STROH, G. W. *A filosofia americana: uma introdução: de Edwards a Dewey*. São Paulo: Cultrix, 1972.

URBAN, W. M. *Valuation: its nature and laws*. London: Swan Sonnenschein, 1909.

Submetido em 26 de janeiro de 2015.
Aprovado em 31 de julho de 2015.